

CONTRATO Nº 2024.07.03-0001

Contrato que entre si fazem a Câmara Municipal de Quixelô/CE e a empresa ANTONIA DANIELLY SANTOS LIMA ME, para o fim que nele se declara.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE QUIXELÔ**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.467.577/0001-97, neste ato representado por seu Ordenador de Despesas, o Sr. Doroteu Honório Guedes Filho, residente na Cidade de Quixelô/CE, apenas denominada de **CONTRATANTE**, e de outro lado **ANTONIA DANIELLY SANTOS LIMA ME**, estabelecida na Rua Bom Jesus, nº 85, Centro, Quixelô/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 25.100.276/0001-72, neste ato representada por Antônia Danielly Santos Lima ME, portador do CPF nº 046.834.773-94, apenas denominada de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, oriundo do Processo de Dispensa de Licitação nº 2024.06.25.1, em conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133, 01 de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - Conforme as prescrições do artigo 75, Inciso II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, devidamente autorizada pelo Sr. Doroteu Honório Guedes Filho, Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Quixelô/CE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente Instrumento tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e copa cozinha, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Quixelô/CE, na forma discriminada no quadro abaixo:

Lote 01 – Gêneros Alimentícios

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	AGUA MINERAL- EM GARRAÇÃO DE 20L	UND	500	6,90	3.450,00
2	AÇUCAR CRISTAL BRANCO - ORIGEM VEGETAL CONSTITUÍDO DE SACAROSE (MÍNIMO DE 98,5%) DA CANA DE AÇÚCAR. PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE (RDC Nº 271 DE 22/09/05- ANVISA). ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, LIVRE DE UMIDADE, ISENTOS DE PARASITAS E FUNGOS, COLORAÇÃO CARACTERÍSTICAS DA ESPÉCIE E LIVRE DE FRAGMENTOS ESTRANHOS. PÓ BRANCO FINO DE FÁCIL ESCOAMENTO. NÃO DEVE SER EMPEDRADO. ROTULAGEM OBRIGATÓRIA (DE ACORDO COM A RDC Nº 360/359 DE 23/12/03, RDC Nº 259 DE 20/09/02, RDC Nº 123 DE 13/05/04 - ANVISA, LEI Nº	KG	240	5,40	1.296,00



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



	10674/03). EMBALAGEM SECUNDÁRIA: SACOS PLÁSTICOS TIPO FARDO CONTENDO 1KG. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR DATA DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 80% DO PRAZO DE VALIDADE				
3	CAFÉ TORRADO E MOÍDO – EMPACOTADO A VÁCUO PURO, EM EMBALAGEM QUE CONTENHA 250 GRAMAS DO PRODUTO E QUE POSSUAM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 17 MESES CLARAMENTE EXPRESSO NA EMBALAGEM DO PRODUTO (A CONTAR DA DATA DE ENTREGA). COM SELO DA ABIC	PCT	240	8,70	2.088,00
4	BISCOITO DOCE MAISENA 400GR –BISCOITO TIPO POPULAR DOCE, EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA 400 G. INVOLADA LIVRE DE INSETOS, MICRORGANISMOS OU OUTRA IMPUREZA QUE VENHA COMPROMETER O ARMAZENAMENTO E A SAÚDE HUMANA. VALIDADE MÍNIMA 120 DIAS DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO	PCT	100	7,40	740,00
5	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER – PRODUTO CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA EM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, AMIDO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS DO COMPLEXO B E ZINCO, EXTRATO DE MALTE, FERMENTO QUÍMICO, ADITIVOS ALIMENTARES. PRODUTO DEVE ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE (RDC Nº263 DE 22/09/05- ANVISA E PORTARIA Nº 31 DE 13/03/98 – ANVISA.). SERÃO REJEITADOS PRODUTOS QUEIMADOS. APARÊNCIA DO PRODUTO: TORRADA. ROTULAGEM OBRIGATÓRIA (DE ACORDO COM A RDC Nº 360/359 DE 23/12/03, RDC Nº 259 DE 20/09/02, RDC Nº 123 DE 14/05/04- ANVISA, LEI Nº 10674/03). EMBALAGEM PRIMÁRIA: DUPLO SACO DE POLIETILENO ATÓXICO CONTENDO 8 KG. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR DATA DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 80% DO PRAZO DE VALIDADE	PCT	100	7,00	700,00
6	BOLOS DIVERSOS - PREPARADO A BASE DE FARINHAS OU AMIDOS, A-ÇUCAR, FERMENTOQUIMICO OU BIOLÓGICO, PODENDO CONTER LEITE, OVOS, MANTEIGA, GORDURA SABORES VARIADOS	UND	100	20,00	2.000,00
7	ADOÇANTE DIETÉTICO 300 ML	UND	10	16,00	160,00
8	ÓLEO DE SOJA REFINADO – PRODUTO DEVE SEGUIR A LEGISLAÇÃO VIGENTE (RDC Nº 270 DE 22/09/05 – ANVISA). ASPECTO LÍMPIDO, ISENTA DE IMPUREZAS. COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. APRESENTAR CERTIFICADO DE CLASSIFICAÇÃO VEGETAL DO PRODUTO COM A AMOSTRA.	UND	8	9,00	72,00



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



	ROTULAGEM OBRIGATORIA DE ACORDO COMA RDC Nº 360/359 DE 23/12/03, RDC Nº 259 DE 20/09/02, RDC Nº 123 DE 14/05/04 - ANVISA, LEI Nº 10674/03). NO CASO DE ÓLEOS VEGETAIS DEVE CONSTAR, EM DESTAQUE E NEGRITO, A RECOMENDAÇÃO "MANTER EM LOCAL SECO E LONGE DE FONTE DE CALOR" OU A EXPRESSÃO EQUIVALENTE SOBRE A CONSERVAÇÃO (DE ACORDO COM RDC Nº270 DE 22/09/05). EMBALAGEM PRIMÁRIA: GARRAFA PLÁSTICA TIPO PET ATÓXICA CONTENDO 900ML DO PRODUTO. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: CAIXA DE PAPELÃO VEDADA COM FITA ADESIVA CONTENDO 20 UNDDADES. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR DATA DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 80% DO PRAZO DE VALIDADE				
9	REFRIGERANTE PET, EMBALAGEM PLASTICA 2 LITROS, DIVERSOS SABORES (COLA, LARANJA, LIMÃO, GUARANÁ E UVA)	FARDO	30	100,00	300,00
10	ENDRO – IN NATURA EMBALAGEM COM 1 KG	KG	20	39,00	780,00
11	ERVA DOCE – IN NATURA EMBALAGEM COM 1 KG	KG	20	39,00	780,00
12	CHÁ CAMOMILA -IN NATURA EMBALAGEM COM 1 KG	KG	20	39,00	780,00
13	CHÁ CIDREIRA - IN NATURA EMBALAGEM COM 1 KG	KG	20	39,00	780,00
14	POLPA CAJÁ 1 KG	UND	20	25,00	500,00
15	POLPA MARACUJÁ 1 KG	UND	20	30,00	600,00
16	POLPA GOIABA 1 KG	UND	20	25,00	500,00
17	POLPA CAJU 1 KG	UND	20	25,00	500,00
18	POLPA DE GRAVIOLA 1 KG	UND	20	25,00	500,00
Total Geral:				16.526,00	

Lote 02 – Material de Limpeza

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	LIMPADOR MULTIUSO LÍQUIDO; COMPOSTO DE TENSOATIVO NÃO IÔNICO BIODEGRADÁVEL; SEQUESTRANTE, ALCALINIZANTE; PRESERVATIVO, CORANTE; PERFUME E ÁGUA, EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO 500 ML. RÓTULO DEVE CONTER: NOME DO PRODUTO, CLASSIFICAÇÃO, RESTRIÇÃO DE USO, TEMPO DE CONTATO, LIMITES PARA USO, CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO, PRINCÍPIOS ATIVOS, FRASES DE ADVERTÊNCIA E PRIMEIROS SOCORROS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO COM A SIGLA DO ÓRGÃO COMPETENTE E NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO COM O NÚMERO DA INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL	UND	36	11,80	424,80



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



	DE FARMÁCIA OU DE QUÍMICA, DADOS DO FABRICANTE, AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DO FABRICANTE NA ANVISA/MS. ACOMPANHAR FISPQ (FICHA DE INFORMAÇÕES SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS) DO PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA				
2	PANO MULTIUSO - DE LIMPEZA PERFEX, COMPOSTO POLIÉSTER (50%) E CELULOSE (50%) NAS DIMENSÕES DE 60CM X 33CM, CADA PACOTE CONTÉM 5 UNDDADES	PCT	10	10,00	100,00
3	TOALHA ROSTO - MEDIDA DE 50 X 75 CM, 100% ALGODÃO CORES VARIADAS	UND	10	11,50	115,00
4	ÁCIDO MURIÁTICO - 100ML - ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE COM TAMPA PLÁSTICA, CONTENDO 1 LITRO, COMPOSIÇÃO: ÁCIDO CLORÍDRICO E REAGENTE. ETIQUETA CONTENDO DADOS CADASTRAIS DO FABRICANTE RESPONSÁVEL, CUIDADOS DE USO, FINALIDADE COMPOSIÇÃO, COMPONENTE ATIVO, INSTRUÇÃO DE ARMAZENAGEM, COM VALIDADE DE 36 MESES DA FABRICAÇÃO, TELEFONES PARA CONTATO E INDICAÇÃO DE PERICULOSIDADE. PRODUTO COM NOTIFICAÇÃO/ REGISTRO NA ANVISA	UND	10	5,50	55,00
5	ÁGUA SANITÁRIA 100 ML - COMPOSIÇÃO QUÍMICA: HIPOCLORITO DE SÓDIO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, CLORETO. TEOR DE CLORO ATIVO VARIANDO DE 2 A 2,5%, COR LEVEMENTE AMARELADA ESVERDEADA. FRASCO DE 1 LITRO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DE SAÚDE	UND	100	4,20	420,00
6	SABÃO PÓ - EMBALAGEM PACOTE C/ 500GR DA A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	UND	100	10,00	1.000,00
7	SABÃO BARRA - DE GLICERINA, EMBALADA EM SACO PLÁSTICO, EB 56/54 DA AMNT, CONTENDO 05 UNDDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	UND	22	13,80	303,60
8	DESINFETANTE - ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO DE BOA QUALIDADE, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA VARIADA PARA	UND	50	5,50	275,00



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



	USO GERAL COM AÇÃO GERMICIDA E BACTERICIDA COM FRANCO DE 1000 ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA				
9	POLIDOR DE ALUMÍNIO - INDICADO PARA SUPERFÍCIES DE ALUMÍNIO, EFICIENTE NA REMOÇÃO DE SUJEIRAS E MANCHAS INCRUSTADA, EMBALAGEM DE 500 ML	UND	12	2,50	30,00
10	DESODORIZADOR P/ AR - EMBALAGEM COM 370 ML, ANTITÓXICO, FRAGRÂNCIAS VARIADAS, CONTENDO EM SEU RÓTULO: COMPOSIÇÃO, COMPONENTE ATIVO, SEM CLOROFLUORCARBONO, COM PERFUME, SEM CFP (PREJUDICIAL A CAMADA DE OZÔNIO), BUTANO/ PROPANO, ÁGUA. PRODUTO COM NOTIFICAÇÃO / REGISTRO NA ANVISA	UND	36	16,50	594,00
11	DETERGENTE LIQUIDO 500ML - TESTADO DERMATOLOGICAMENTE, COM TENSOATIVOS BIODEGRADÁVEIS COM PRINCÍPIO ATIVO ALQUILBENZENO LINEAR, SULFONATO DE SÓDIO, SEQUESTRANTE, CONSERVANTE, ESPESSANTE, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. NÚMERO DE LOTE. EMBALAGEM PLÁSTICA CONTENDO 500ML	UND	50	2,85	142,50
12	ESPONJA AÇO - FORMATO RETANGULAR, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, MEDINDO NO MÍNIMO 100 X 75. PACOTE COM 08 UNIDADES	PCT	12	2,80	33,60
13	ESPONJA DUPLA FACE - (FIBRA E ESPUMA), FORMATO RETANGULAR, MEDINDO 110 X 75 X 23MM, ABRASIVIDADES MÉDIA. COMPOSIÇÃO: ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO	UND	54	2,00	108,00
14	ESCOVÃO NYLON ESCOVA NYLON PARA VASO SANITÁRIO - COM SUPORTE REDONDO, EM PLÁSTICO BRANCO. CONTENDO 1 ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO E 1 SUPORTE, COR BRANCO TAMANHO 14X42CM	UND	8	8,90	71,20
15	LIMPA VIDRO - ACONDICIONADO EM FRASCO DE PLÁSTICO DE 500 ML, CONSTANDO AS SEGUINTE INFORMAÇÕES NO RÓTULO, INSTRUÇÃO DE USO, PRECAUÇÕES E CUIDADOS E O NÚMERO DO TELEFONE DO CENTRO DE ASSISTÊNCIA TOXICOLÓGICA. COMPOSIÇÃO QUÍMICA: DODECIL, BENZENO, SULFATO DE SÓDIO,	UND	24	7,80	187,20



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



	UMECTANTE, ESTABILIZANTE, SOLVENTE, CORANTE, BUTILGLICOL				
16	LUVAS PARA LIMPEZA DE CANO LONGO - CONFECCIONADA EM LÁTEX, FORRADA COM ALGODÃO FLOCADO COM FORMATO ANATÔMICO, EM TAMANHO MÉDIO DE ALTA RESISTÊNCIA PROPORCIONANDO PRATICIDADE NA HORA DE MANUSEAR MATERIAIS	UND	12	25,00	300,00
17	PANO DE CHÃO - TIPO ESFREGÃO PARA LIMPEZA EM GERAL MEDIDAS 90CM X 44CM. COMPOSIÇÃO 70% DE ALGODÃO, 20% DE POLIÉSTER, 10% DE VISCOSE. EMBALAGEM COM 3 UNDDADES, COM CORES VARIADAS	PCT	12	11,50	138,00
18	PANO PRATO - BRANCO OU ESTAMPADO, 100% ALGODÃO, COM BAINHA LISA, MEDINDO 45CM X 65CM	UND	20	6,80	136,00
19	PÁ LIXO - COM CABO LONGO DE MADEIRA COM 80 CM, PRODUTO PRODUZIDO EM POLIPROPILENO EXCLUSIVO E PEGA ANATÔMICA	UND	5	5,50	27,50
20	RODO GRANDE - COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO COM ROSCA, SUPORTE PLÁSTICO MEDINDO 41CM, COM BORRACHA DUPLA	UND	7	7,80	54,60
21	VASSOURA NYLON - C/ CABO EM MADEIRA EM FORMA DE LEQUE. DIMENSÃO 30 X 16,5 X 4,5 VASSOURA MULTIUSO, PARA PISOS INTERNOS E EXTERNOS. CERDAS PALMADAS QUE CAPTURAM MELHOR A SUJEIRA, CERDAS COM OPERAÇÃO CURVA, FACILITANDO O CARREGAMENTO DA SUJEIRA	UND	7	12,80	89,60
22	VASSOURA PALHA - FABRICADA ARTESANALMENTE COMA PALHA DO OLHO DA CARNAÚBA, DE 1º QUALIDADE E COSTURADA	UND	15	4,00	60,00
23	PAPEL ALUMÍNIO - EMBALAR E PROTEGER ALIMENTOS. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 CAIXA COM 12 ROLOS DE FOLHA COM 7,5 METROS E 30 CENTÍMETRO DE TAMANHO	UND	5	5,50	27,50
24	PAPEL FILME - BOBINA DE FILME PVC TRANSPARENTE. COMPRIMENTO: 500M X LARGURA 25 CM	UND	5	5,50	27,50
25	PAPEL HIGIENICO - 100% FIBRAS NATURAIS, PICOTADO, GRAFADO, COM RELEVO, FOLHA DUPLA NA COR BRANCA (100% BRANCA), EXTRA MACIA, NEUTRO SEM PERFUME, QUE SEJA DE 1º QUALIDADE. TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. PACOTE COM 04 ROLOS MEDINDO 30M X 10CM. A EMBALAGEM DEVERÁ TER BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO	PCT	50	4,50	225,00



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



26	PAPEL TOALHA – INTERFOLHA, 02 (DUAS) DOBRAS, 100% CELULOSE VIRGEM, ALTA ABSORÇÃO, GOFRADO, COR BRANCO EXTRA DE LUXO, NÃO RECICLADO, ACONDICIONADOS EM PACOTE COM 1.000(MIL) FOLHAS	PCT	30	7,00	210,00
27	SACO PLASTICO LIXO CAPACIDADE DE 100 LITROS – MEDINDO 62CM DE ALTURA X 59 CM DE LARGURA, NA COR PRETA, CONFECCIONADO COM MATERIAL RESISTENTE E QUE NÃO EXPELI ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM PACOTE COM 10 UND	PCT	20	5,50	110,00
28	SACO PLASTICO LIXO 30L COM CAPACIDADE DE 30 LITROS – MEDINDO 1,10CM DE ALTURA X 0,90CM DE LARGURA, NA COR PRETA, CONFECCIONADO COM MATERIAL RESISTENTE E QUE NÃO EXPELI ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM PACOTE COM 100 UND	PCT	20	5,50	110,00
29	SACO PALSTICO LIXO 60L COM CAPACIDADE DE 60 LITROS – MEDINDO 62,5CM DE ALTURA X 40CM DE LARGURA, NA COR PRETA, CONFECCIONADO COM MATERIAL RESISTENTE E QUE NÃO EXPELI ODOR DESAGRADÁVEL. EMBALAGEM PACOTE COM 100 UND	PCT	25	5,50	137,50
30	PEDRA SANITARIA - LAVANDA OU FLORAL 35G, COM SUPORTE PARA FIXAÇÃO NA PAREDE DO VASO SANITÁRIO	UND	100	3,70	370,00
31	SABONETE LIQUIDO - ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO CREMOSO, ACIDEZ PH NEUTRO, APLICAÇÃO ANTISSEPSIA DAS MÃOS COM AGENTES HIDRATANTES, COMPOSIÇÃO GLICERINA AGENTES EMOLIENTES, TRICLOSAN 0,3%, EMBALAGEM DE 05 LITROS EMPALHÁVEL, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE OU ANVISA, EMBALEGEM PLASTICA DE 500 ML	UND	12	12,00	144,00
32	COLHER DESCARTAVEL - COLHER BRANCA DESCARTÁVEL BIODEGRADÁVEL REFORÇADA PARA REFEIÇÃO. PCT COM 50 UNDDADES	PCT	5	4,50	22,50
33	GARFO DESCARTAVEL - GARFO DESCARTÁVEL BRANCO REFORÇADO PARA REFEIÇÕES PACOTE COM 50 UNDDADES	PCT	5	4,50	22,50
34	PRATO DESCARTAVEL – PRATO DESCARTÁVEL FUNDO COM 15 CM DE DIÂMETRO. EMBALAGEM COM 10 UNDDADES	PCT	15	2,50	37,50
35	COPO DESCARTAVEL PARA ÁGUA - EM POLIPROPILENO OU POLIESTIRENO CAPACIDADE DE 200 ML, NÃO TÓXICO, DE	CAIXA	30	6,00	180,00



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



	PRIMEIRA QUALIDADE, PADRÃO ABNT Nº 14865 ACONDICIONADO EM CAIXA DE 25 PACOTES COM 100 UNDDADES				
36	COPO DESCARTAVEL CAFÉ - EM POLIPROPILENO OU POLIESTIRENO CAPACIDADE DE 50 ML, NÃO TÓXICO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, PADRÃO ABNT Nº 14865 ACONDICIONADO EM CAIXA DE 50 PACOTES COM 100 UNDDADES	PCT	50	4,80	240,00
37	FLANELA P/ LIMPEZA 100% DE ALGODÃO COR VARIADA DE TOM FORTE, LISA MEDINDO 56X38 CM	UND	20	4,00	80,00
Total Geral:					6.609,60

Lote 03 – Copa / Cozinha

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
1	LEITEIRA FERVEDOR 14CM PARA FERVER ÁGUA PARA FAZER CAFÉ	UND	4	34,00	136,00
2	JOGO DE PANELA COM TAMPA TAMANHO COM 05 PEÇAS	UND	2	149,00	298,00
3	GARRAFA TERMICA PARA CAFÉ 1 LITRO	UND	3	48,00	144,00
4	GARRAFA PLASTICA PARA AGUA 1 LITROÁGUA	UND	4	19,00	76,00
5	FRIGIDEIRA COM CABO SEM TAMPA ANTI ADERENTE 30 CM	UND	2	24,00	48,00
6	CONJUNTO DE COPO EM VIDRO EMBALAGEM COM 6 UNDDADES	CONJUNTO	5	34,00	170,00
7	JARRA P/SUCO OU AGUA EM VIDRO 1 LITRO	UND	4	49,00	196,00
8	FAQUEIRO COM LÂMINAS EM AÇO INOX E CABOS DE POLIPROPILENO 20 PEÇAS	UND	3	58,00	174,00
9	PRATOS RASO EM VIDRO TIPO DURALEX	UND	12	9,00	108,00
10	BALDES DE PLASTICO COM ARO 20 LITROS	UND	4	24,00	96,00
11	CESTO PLASTICO PARA LIXO 10 LITROS SEM TAMPA	UND	8	14,00	112,00
Total Geral:					1.558,00

2.2 - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1 - O Termo de Referência que embasou a contratação;

2.2.2 - O Aviso de Dispensa de Licitação;

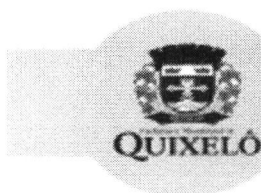
2.2.3 - A Proposta da Contratada;

2.2.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 - O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 - A prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.



CLÁUSULA QUARTA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste Contrato correrão por conta de recursos próprios, previstos na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
01	01	01.031.0001.2.001.0000	3.3.90.30.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - Preço

7.1.1 - O objeto contratual tem o valor total de **R\$ 24.693,60 (vinte e quatro mil seiscentos e noventa e três reais e sessenta centavos)**.

7.1.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2 - Forma de Pagamento

7.2.1 - O pagamento será realizado mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.2.2 - Será considerado a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3 - Prazo de Pagamento

7.3.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

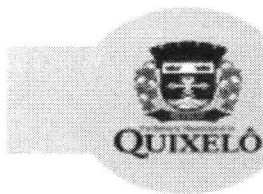
7.3.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.4 - Condições de Pagamento

7.4.1 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

7.4.2 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



7.4.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

7.4.4 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.5 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.4.6 - Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.8 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.4.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

7.4.10 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

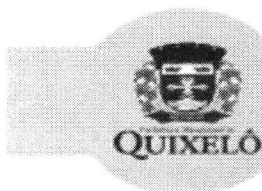
7.4.10.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.11 - A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo),



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

8.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8 - O reajuste será realizado por apostilamento, conforme previsão do Art. 136, da Lei 14.133/2021.

8.9 - Poderá ser reestabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea "d" da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

8.10 - O pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

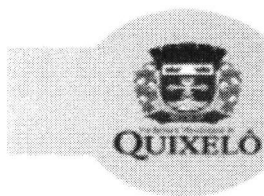
9.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o presente contrato;

9.2 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato;

9.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

9.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143, da Lei nº 14.133/2021;



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



9.6 - Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e no presente Contrato;

9.7 - Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no presente Contrato;

9.8 - Cientificar o Órgão competente para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

9.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.9.1 - A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada;

9.10 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

9.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

9.12 - Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

9.12.1 - Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

9.12.2 - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

9.12.3 - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a

utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.12.4 - Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

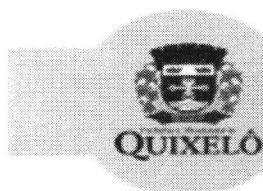
10.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2 - Fornecer os produtos conforme especificações do Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

10.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.6 - Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.7 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.8 - Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.9 - Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.10 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

10.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.12 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.13 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.14 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.15 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.16 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.17 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do futuro contrato;

10.18 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;



10.19 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.20 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o contratado que, com dolo ou culpa:

11.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o processo ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Administração durante o procedimento;

11.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

11.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante o trâmite;

11.1.5 - Fraudar o processo;

11.1.6 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;

11.1.7 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;

11.1.8 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

11.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos concorrentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 - Advertência;

11.2.2 - Multa;

11.2.3 - Impedimento de licitar e contratar e;



11.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 - As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

11.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

11.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

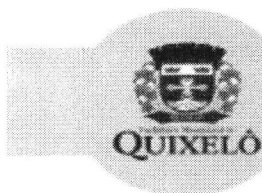
11.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do procedimento, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

11.10 - A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



11.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 - A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1 - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3 - Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos presentes autos, as situações previstas no Art. 137, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com observância às previsões contidas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



15.2 - A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

15.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial do Município na Internet, em atenção à Lei nº. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato é o da Comarca de Quixelô/CE, sendo este o foro eleito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o mesmo, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Quixelô/CE em 03 de julho de 2024.

Doroteu Honório Guedes Filho
Presidente/Ordenador de Despesas
Câmara Municipal de Quixelô
CONTRATANTE

Antonia Danielly Santos Lima ME
ANTONIA DANIELLY SANTOS LIMA ME
CONTRATADA



CÂMARA MUNICIPAL DE
QUIXELÔ



TESTEMUNHAS:

1. f. Edm of CPF 844.820.10359

2. Cidra-da-Silva - quanto CPF 014.0208.543-26